



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** /EDIÇÃO 01 DE ABRIL DE 2026



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa

PORTARIA Nº 04/2026.

DISPÕE SOBRE A
NOMEAÇÃO DE CARGO
EM COMISSÃO, E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, Estado da Paraíba, no uso das atribuições conferidas por lei, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara,

RESOLVE:

ART. 1º Nomear LANNY GABRIELLY BRITO DE OLIVEIRA, portador do CPF:124.016.58-67, para o cargo de CHEFE DE CABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL. Símbolo CC-1, a partir dessa data, até ulterior deliberação, servindo-lhe de título a seguinte Portaria.

ART. 2º essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Presidente em, 01 de abril de 2026.

JUCÉLIO QUINTANS DA SILVA
Presidente

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2026

A Prefeita do Município de Congo-PB, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o art,79, inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula **QUARTA** do contrato administrativo Nº: **039/2026**.

RESOLVE:

1 - Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com a Sra. **TANIELE CARIRI DA SILVA**, inscrita no RG nº: 52798064 SSP/SP, e CPF nº: 407.631.808-07, cujo objeto do contrato foi a contratação dos serviços de **DENTISTA-EIP**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

2- Registro e Comunicações necessárias.

Congo/PB, 01 de abril de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2026

A Prefeita do Município de Congo-PB, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o art,79, inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula **QUARTA** do contrato administrativo Nº: **041/2026**.

RESOLVE:

1 - Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com a Sra. **DAYANNE ARAÚJO OLIVEIRA**, inscrita no RG nº: 4.105.116 SSDS/PB, e CPF nº: 116.176.314-77, cujo objeto do contrato foi a contratação dos serviços de **DENTISTA-EIP**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

3- Registro e Comunicações necessárias.

Congo/PB, 01 de abril de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 012/2026

A Prefeita do Município de Congo-PB, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o art,79, inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula **QUARTA** do contrato administrativo Nº: **046/2026**.

RESOLVE:

1 - Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com a Sra. **EMILLY BEATRIZ DE CARVALHO TAVARES**, inscrita no RG nº: 9.519.632 SDS/PE, e CPF nº: 114.151.824-42, cujo objeto do contrato foi a contratação dos serviços de **DENTISTA-EIP**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

4- Registro e Comunicações necessárias.

Congo/PB, 01 de abril de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 01 DE ABRIL DE 2026

PORTARIA Nº: 201/2026.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º- Exonerar, **GILVAN NORBERTO QUIRINO MARTINS**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF nº: 032.749.707-60, RG nº: 101.833.57-1 SECC/RJ, do Cargo Comissionado de **COORDENADOR DE DIVISÃO DE COMPRAS, ACOMPANHAMENTO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

PORTARIA Nº: 202/2026.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º- Nomear, **MARIA GABRIELLE AMORIM DOS SANTOS**, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF nº: 700.607.304-98 e RG nº: 3.962.049 SSDS/PB, ao Cargo Comissionado de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR** - lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Símbolo DD-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 014/2026.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO E NATANAEL LOURENÇO DA SILVA BISNETO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO – Avenida Dr. Vicente Nogueira Batista, S/N, Centro, Congo-PB, CNPJ nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado pela prefeita Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, CPF nº 646.062.104-78 e RG nº 929.429 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado **NATANAEL LOURENÇO DA SILVA BISNETO**, inscrito sob o CPF nº: 118.175.624-36 e RG nº: 3.868.473 SSDS/PB, residente e domiciliado na Rua Ministro José Americo, Centro, Congo-PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato está fundamentado na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO-PB.**

Veículo: **Moto – HONDA/NXR150 BROS ESD**, Placa: **KIU-8H92/PE**, Combustível: **gasolina**, Cor: **VERMELHA** Ano modelo: **2008**.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor global deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Sendo pago mensalmente o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais). No valor acima indicado não estão incluídos os custos com combustível e motorista, que ficarão a cargo do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: Recursos Próprios do município de Congo:

08.00	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.452.2002.2041	MANTER AS ATIVIDADES DA INFRAESTRUTURA
500	Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na legislação pertinente, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 31 de dezembro de 2026.

A vigência do presente contrato será determinada: 31 de dezembro de 2026, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 01 DE ABRIL DE 2026

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Informar o Contratado da necessidade de manutenção e/ou reparo corretivo do veículo, observadas as normas do respectivo fabricante constantes do manual de manutenção correspondente, o qual não deverá ser utilizado caso haja irregularidade;

e - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

f - Ressarcir o Contratado de todas as multas de trânsito ocorridas durante a vigência do presente contrato;

g - Responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros e, se for o caso, pelo pagamento da franquia a respectiva Seguradora na ocorrência de sinistros, quando comprovada a sua culpa, mediante laudo técnico ou equivalente.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Substituir imediatamente o veículo por outro equivalente, caso não tenha condições de ser utilizado no serviço;

i - Efetuar a troca de óleo lubrificante e do filtro correspondente de acordo com as instruções do fabricante do veículo;

j - Efetuar os serviços de manutenção corretiva e preventiva do veículo, mantendo-o equipado de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito;

h - No caso de ser comprovada, mediante laudo técnico ou equivalente, a utilização irregular do veículo, seja por imperícia, excesso de passageiros, condução em estradas impróprias, entre outros que caracterizem o seu uso indevido, todos os custos decorrentes dessas ocorrências verificadas ficarão a cargo do Contratante, cujos serviços deverão ser executados em oficina especializada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos na legislação pertinente, e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto na legislação vigente. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado na legislação aplicável. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas na legislação aplicável: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas nas normas vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos

últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sumé.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Congo – PB, 01 de abril de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

NATANAEL LOURENÇO DA SILVA BISNETO
LOCADOR